



SENADO FEDERAL

MENSAGEM (SF) N° 38, DE 2023

(n° 270/2023, na origem)

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei n° 11.440, de 2006, a indicação do Senhor ALFREDO CESAR MARTINHO LEONI, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil no Sultanato de Omã.

AUTORIA: Presidência da República

DOCUMENTOS:

- [Texto da mensagem](#)



[Página da matéria](#)

MENSAGEM Nº 270

Senhores Membros do Senado Federal,

Nos termos do art. 52, inciso IV, da Constituição, e do art. 39, combinado com o art. 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossas Excelências a indicação do Senhor **ALFREDO CESAR MARTINHO LEONI**, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil no Sultanato de Omã.

As informações relativas à qualificação profissional do Senhor **ALFREDO CESAR MARTINHO LEONI** seguem anexas, conforme documentos apresentados pelo Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 13 de junho de 2023.

Brasília, 29 de Maio de 2023

Senhor Presidente da República,

Em conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o disposto no art. 39, combinado com o art. 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto o nome de **ALFREDO CESAR MARTINHO LEONI**, ministro de primeira classe do Quadro Especial da carreira de diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de embaixador do Brasil junto ao Sultanato de Omã, por período não superior a 5 (cinco) anos consecutivos.

2. Encaminho, anexas, informações sobre o país e curriculum vitae de **ALFREDO CESAR MARTINHO LEONI** para inclusão em Mensagem que solicito ser apresentada ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Mauro Luiz Jecker Vieira

Telefone: 61-3411-1121

CEP 70150-900 Brasília/DF - <https://www.gov.br/planalto/pt-br>

INFORMAÇÃO

CURRICULUM VITAE



MINISTRO DE PRIMEIRA CLASSE ALFREDO CESAR MARTINHO LEONI

CPF.: 385.363.827-91

ID.: 3126 MRE

1956 Filho de Angelo Leoni e Maria Martinho Leoni, nasce em 15 de abril, em Bauru/SP

Dados Acadêmicos:

1979 Direito pela Universidade Federal do Rio de Janeiro/RJ
1980 Curso de Preparação à Carreira Diplomática – IRBr
1989 Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas – IRBr
2005 Curso de Altos Estudos – IRBr. Tese: “O Programa de Estudantes-Convênio como Instrumento da Política Externa Brasileira”

Cargos:

1981 Terceiro-secretário
1986 Segundo-secretário
1992 Primeiro-secretário, por merecimento
1999 Conselheiro, por merecimento
2006 Ministro de segunda classe, por merecimento
2012 Ministro de primeira classe, por merecimento

Funções:

1981-83 Divisão de Atos Internacionais, assistente
1983-84 Departamento Consular e Jurídico, assessor
1983 Embaixada em Acra, encarregado de Negócios em missão transitória
1984-87 Embaixada no México, terceiro e segundo-secretário
1987-90 Embaixada em Berlim, segundo-secretário e encarregado de negócios
1990-91 Divisão do Pessoal, assessor e chefe, interino
1991-92 Secretaria-Geral de Controle, subsecretário de auditoria, substituto, e coordenador executivo
1992 Subsecretaria-Geral do Serviço Exterior, coordenador executivo
1993-96 Missão junto às Nações Unidas, Nova York, primeiro-secretário
1995 Conselho de Segurança da ONU, delegado junto aos Comitês de Sanções
1996-98 Embaixada em Pequim, primeiro-secretário
1998-99 Secretaria de Controle Interno, subsecretário de auditoria e secretário de controle interno, substituto
1999-00 Divisão de Formação e Treinamento, chefe
1999 Departamento de Cooperação Científica, Técnica e Tecnológica, diretor geral, substituto, e ordenador de despesas
2000 Divisão de Cooperação Educacional, chefe
2001-03 Embaixada em Roma, conselheiro e encarregado de negócios
2003-03 Embaixada em Tóquio, conselheiro
2006-07 Coordenação-Geral de Modernização, coordenador-geral
2006-07 Embaixada em Oslo, encarregado de negócios em missão transitória
2007-09 Embaixada em Washington, ministro conselheiro e encarregado de negócios
2009-15 Embaixada em Islamabad, embaixador. Embaixadas em Cabul e Dushambé, embaixador não-residente
2015-18 Embaixada em Varsóvia, embaixador

2019-22 Superior Tribunal de Justiça, cedido, chefe da assessoria de relações internacionais

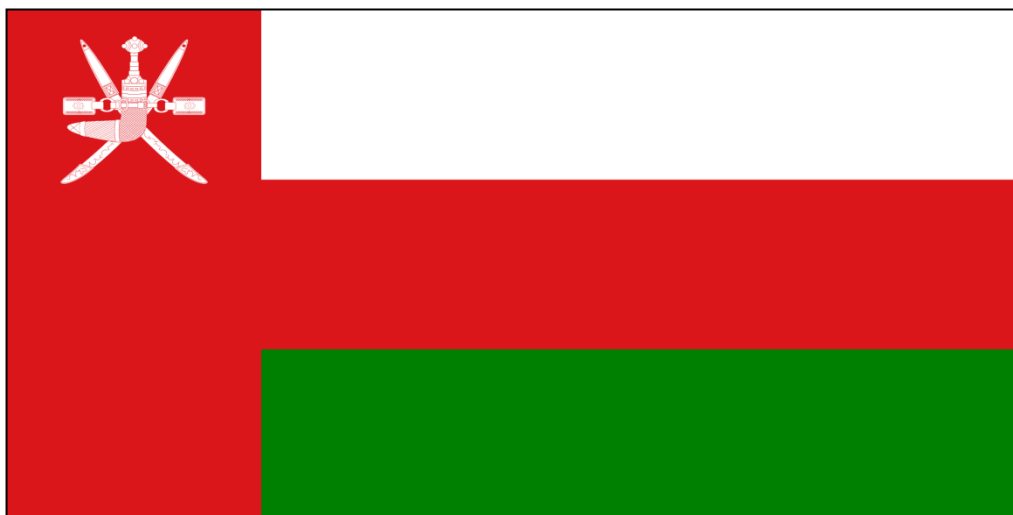
Condecorações

1991	Ordem de Bernardo O'Higgins, Chile, Oficial
2016	Medalha Cruz da Paz dos Veteranos da FEB, Brasil
2018	Medalha Marechal Trompowsky, Brasil.
2018	Ordem do Mérito Militar, Brasil, Grande Oficial
2018	Ordem ao Mérito, Polônia, Comendador
2018	Medalha do Pacificador, Brasil

FERNANDO PERDIGÃO
Chefe da Divisão do Pessoal

**MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES
SECRETARIA DE ORIENTE MÉDIO, EUROPA E ÁFRICA
DEPARTAMENTO DE ORIENTE MÉDIO
DIVISÃO DOS PAÍSES DO GOLFO**

OMÃ





MARÇO DE 2023

OSTENSIVO

Sumário

DADOS BÁSICOS	3
PERFIS BIOGRÁFICOS	4
SUA MAJESTADE O SULTÃO HAITHAM BIN TARIQ AL SAID	4
MINISTRO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS, SAYYID BADR BIN HAMAD BIN HAMOOD AL BUSAIDI.....	4
APRESENTAÇÃO	6
DIÁLOGO POLÍTICO BILATERAL	7
RELAÇÕES COMERCIAIS	7
INVESTIMENTOS	9
COOPERAÇÃO EM DEFESA	10
POLÍTICA INTERNA	10
ECONOMIA	12
POLÍTICA EXTERNA	15
ACORDOS BILATERAIS	17

DADOS BÁSICOS	
CAPITAL:	Mascat
ÁREA:	309.500 km²
POPULAÇÃO:	4,86 milhões (2022)
LÍNGUA OFICIAL:	Árabe (Oficial), Inglês, Balúchi, Urdu, Dialeto Indianos
PRINCIPAIS RELIGIÕES:	Islã 89,5% (maioria do ramo ibadita, seguido pelo islã sunita e pela minoria xiita), cristianismo 6,5%, hinduísmo 5,5% e demais minorias 2,1%

SISTEMA DE GOVERNO:	Monarquia
PODER LEGISLATIVO:	Parlamento bicameral composto por Majlis Al-Shura (Câmara Baixa com 85 membros eleitos) e Majlis Al-Dawla (Câmara Alta com 85 membros não eleitos, incluindo o presidente)
CHEFE DE ESTADO E DE GOVERNO:	Sultão Haitham bin Tariq Al Said
MINISTRO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS:	Sayyid Badr bin Hamad bin Hamood Al Busaidi
PRODUTO NACIONAL BRUTO NOMINAL:	US\$ 108,9 (2022, estimativa); US\$ 85,8 (2021); US\$ 73,9 bilhões (2020), US\$ 88 bilhões (2019)
PIB – PARIDADE DE PODER COMPRA:	US\$ 190,4 bilhões (2022, estimativa); US\$ 170,3 bilhões (2021); US\$ 158,9 bilhões (2020); US\$ 162,2 bilhões (2019)
PIB PPP PER CAPITA (FMI):	US\$ 34.258 (2021); US\$ 33.891 (2020); US\$ 33,702 (2019);
VARIAÇÃO DO PIB:	4,3% (2022, estimativa); 2,9% (2021); -3,2 (2020); -1,1 (2019)
ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO (IDH) (2021):	0,816 (62ª posição, Brasil ocupa a 87ª posição)
EXPECTATIVA DE VIDA (2021):	72,5 anos
ÍNDICE DE DESEMPREGO (Banco Mundial):	3,1% (2021); 2,9% (2020); 1,8% (2019)
UNIDADE MONETÁRIA:	Rial omani
EMBAIXADOR DO BRASIL EM MASCATE:	Ministro-Conselheiro, comissionado, Milton de Figueiredo Coutinho Filho, encarregado de negócios, a.i.
EMBAIXADOR DE OMÃ EM BRASÍLIA:	Embaixador Amad Hamood Salim Al Abri

Brasil - Omã (milhões US\$)	2009	2011	2013	2015	2017	2018	2019	2020	2021	2022
Intercâmbio	629	874	1.171	656	833	799	1.026	893	2.238	2.200
Exportações	113	831	1.106	583	695	674	937	737	1.545	1.040
Importações	516	42	64	72	138	124	89	156	692	1.160
Saldo	113	789	1.041	511	556	550	848	581	853	-119

PERFIS BIOGRÁFICOS

SUA MAJESTADE O SULTÃO HAITHAM BIN TARIQ AL SAID

Nascido em 1954, graduou-se no Foreign Service Programme da Universidade de Oxford. Em 1986, ingressou no Ministério dos Negócios Estrangeiros. Entre 1994 e 2002, atuou como Secretário-Geral do Ministério dos Negócios Estrangeiros. Entre 2002 e 2020, ocupou o cargo de Ministro da Herança e Cultura. Em 11 de janeiro de 2020, sucedeu o finado Sultão Qaboos (seu primo, que morreu sem deixar herdeiros), tornando-se o Sultão de Omã.

MINISTRO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS, SAYYID BADR BIN HAMAD BIN HAMOOD AL BUSAIDI



Nascido em 1960, Badr Al Busaidi recebeu sua educação básica em Omã e graduou-se em Política, Filosofia e Economia pela Universidade de Oxford. Em 1988, ingressou na carreira diplomática. Em 1997, tornou-se chefe de gabinete do Ministro dos Negócios Estrangeiros. Em 2000, foi designado Subsecretário Geral do Ministério dos Negócios Estrangeiros, sendo promovido, em 2007, a Secretário-Geral. Em agosto de 2020, foi nomeado Ministro dos Negócios Estrangeiros.

APRESENTAÇÃO

O Sultanato de Omã situa-se no extremo sul da Península Arábica e possui fronteiras com o Iêmen, ao Oeste, e Arábia Saudita, ao Norte. O golfo de Omã, em verdade, um estreito, permite acesso ao Golfo e ao Estreito de Ormuz, por onde circulam dois terços do comércio mundial de petróleo. Segundo o Centro Nacional de Estatística e Informação (NCSI) de Omã, a população total do país é de 4,8 milhões, sendo que cerca de 2,8 milhões de omanis (58,7% da população) e 2 milhões de expatriados (41,3%).

Apesar de Omã não manter dados oficiais de religião, estima-se que cerca de 90% da população seja praticante do Islã, em sua maioria da denominação Ibadita, mais antiga do que a sunita e a xiita. Estima-se que a ocupação humana do território que hoje constitui o Sultanato de Omã data de, pelo menos, 100 mil anos atrás. A islamização da região iniciou-se no século VII; em 751, foi estabelecido um imanato ibadita.

Vale mencionar que as escolas no Sultanato evitam ensinamentos sectários ou a história da divisão do islã, sendo os currículos escolares formados unicamente por princípios islâmicos gerais, aceitos igualmente por sunitas, xiitas e ibadis. Por esse motivo, Omã é reconhecido como o mais exitoso, dentre os países do Golfo, na superação das tensões sectárias.

Entre o século X e o século XVIII, o país foi invadido por outros povos, entre eles os portugueses, que ocuparam até 1650 a capital Mascate, então principal porto no Golfo Pérsico. Após a expulsão dos portugueses, o Sultanato de Mascate consolidou um considerável império marítimo, com influência sobre territórios no Golfo e Oceano Índico, ocupando Zanzibar e outros territórios na costa oriental da África. No século XIX, o Omã tornou-se protetorado da Grã-Bretanha, recuperando a completa soberania apenas em 1951.

O Sultanato de Mascate (1650-1820) existiu concomitantemente com o Imanato de Omã (751-1820). Em 1820, deu-se a unificação sob o nome de Sultanato de Mascate e Omã, nome utilizado até 1970.

Após a decadência do império comercial omanita, a economia omani tornou-se primordialmente agropastoril. A partir de 1930, a Iraq Petroleum Company iniciou a prospecção de petróleo. Na década de 1960, foi feita a primeira descoberta de poços de petróleo e teve início a exportação do hidrocarboneto. A exploração estava a cargo da Petroleum Development (Oman), inicialmente controlada pela Shell. A partir da década de 1970, o governo de Omã assumiu posição majoritária, atualmente em torno de 60%, da empresa.

Em 1970, o príncipe herdeiro Qaboos bin Said assumiu o poder. O país adotou o nome de Sultanato de Omã e adentrou período de abertura e modernização conhecido como "Renascimento Omani".

A modernização empreendida pelo Sultão Qaboos bin Said acarretou a modificação da política externa do Sultanato. Na década de 1970, o país entra na Organização das Nações Unidas e, posteriormente, participa da fundação do Conselho

de Cooperação do Golfo. O Sultanato aproximou-se dos EUA, sem excluir relações com outras potências regionais, o que foi evidenciado pelo protagonismo exercido por Omã na mediação da Guerra Irã-Iraque e pelos esforços de aproximação entre EUA e Irã que culminaram na assinatura do Joint Comprehensive Plan of Action (JCPOA).

Qaboos não deixou herdeiros. Após seu falecimento, em janeiro de 2020, seu primo, Haitham bin Tariq Al Said, tornou-se Sultão de Omã.

DIÁLOGO POLÍTICO BILATERAL

Brasil e Omã estabeleceram relações diplomáticas em 1974. No mesmo ano, criou-se a Embaixada do Brasil junto ao Sultanato, funcionando cumulativamente a partir da Embaixada em Jedá, na Arábia Saudita. Em 2008, criou-se a Embaixada residente em Mascate, em razão da localização estratégica e importância do Sultanato na geopolítica regional, do potencial de crescimento das relações econômicas bilaterais e dos importantes investimentos da Vale no país.

Na década de 2000, iniciou-se agenda de visitas oficiais. Em 2005, foi realizada a primeira visita de um chanceler brasileiro a Omã. Em 2012, os Ministros do Meio Ambiente e do Desenvolvimento Social de Omã visitaram o Brasil, por ocasião da Conferência das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento Sustentável (Rio + 20). A visita a Mascate do então Vice-Presidente Michel Temer, em 2013, constituiu a visita de mais alto nível realizada entre os dois países até o momento.

Não há registro de visitas de Chefe de Estado ou de Governo de parte a parte, tampouco de chanceleres omanis ao Brasil. Dessa forma, a relação é conduzida prioritariamente em nível técnico.

Em 2016, realizou-se, em Brasília, a primeira reunião da Comissão Mista bilateral, presidida pelo Ministro, interino, das Relações Exteriores do Brasil e pelo Ministro de Indústria e Comércio de Omã. Na ocasião, foi assinado memorando de entendimento sobre Cooperação e Promoção de Investimentos e foram realizados encontros empresariais em São Paulo.

Em junho de 2018, realizou-se, em Mascate, a I Reunião de Consultas Políticas, em que foram tratados temas bilaterais, regionais e globais e identificadas iniciativas conjuntas prioritárias.

O Sultanato tem buscado diversificar suas parcerias, sendo o Brasil seu principal parceiro na América Latina. Brasília é a sede da única Embaixada de Omã na região.

RELAÇÕES COMERCIAIS

O potencial de evolução das relações bilaterais tem se mostrado positivo, igualmente, no campo econômico. O intercâmbio comercial bilateral intensificou-se sensivelmente desde 2000, passando de US\$ 27 milhões ao ápice de US\$ 2,2 bilhões em 2021 e 2022, alcançado após forte tendência de alta iniciada a partir de 2016 – quando o comércio foi de US\$ 588 milhões.

O padrão das exportações brasileiras para Omã destoa do padrão regional em virtude das atividades da Vale no país. Em 2022, as exportações de minério de ferro

totalizaram US\$ 830 milhões, representando 80% das exportações brasileiras. As vendas de carnes de aves – produto que tradicionalmente predomina na pauta exportadora para a região – corresponderam a 15% (151 milhões). Em razão do domínio da commodity, o saldo da pauta comercial com Omã é fortemente dependente do valor internacional do minério de ferro: apesar de ter exportado maior volume do produto em 2022 (10,1 milhões de toneladas, em 2022, e 9,8 milhões de toneladas, em 2021), o valor total das exportações de minério foi substancialmente menor do que em 2021 (US\$ 817 milhões em 2022 e US\$ 1,25 bilhão em 2021). Em 2020 – último ano para o qual há dados globais, o Brasil foi a 7ª maior origem das importações de Omã (atrás de Emirados Árabes Unidos, China, Índia, Catar, Arábia Saudita e Japão e logo à frente dos EUA).

Em 2022, a EMBRAER negociou a venda de jatos de nova geração, E-195-E2 em Omã. A empresa aérea omani "low cost" Salam Air adquiriu 6 jatos E195-E2, com provisão em contrato de venda futura de outros 6 jatos, totalizando doze aeronaves brasileiras a compor sua frota nos próximos anos. A empresa brasileira pretende entregar a primeira aeronave já no final de 2023 e mantém negociações para a venda de dois jatos para a Royal Omani Police (ROP) que já conta em sua frota com uma aeronave E-175, de mesmo modelo adquirido pela Salam.

Do lado das importações brasileiras, há predomínio de produtos derivados do complexo de hidrocarbonetos, especialmente fertilizantes. Omã produz e exporta fertilizantes do tipo nitrogenado, mais especificamente a ureia granulada, principal produto da pauta importadora brasileira no comércio com Omã. Em 2022, adubos e fertilizantes representaram 85% das compras brasileiras (US\$ 980 milhões) com origem em Omã. Em segundo lugar, constam óleos combustíveis de petróleo, que representam 7,7% do total importado pelo Brasil de Omã.

Sobre as importações de fertilizantes, destaca-se que as aquisições brasileiras do produto de origem omani eram reduzidas até 2020, quando as vendas desse produto totalizaram apenas US\$ 66 milhões. Em 2022, com a diminuição dos fluxos de fertilizantes advindos da Rússia, o Omã tornou-se o maior fornecedor da ureia importada pelo Brasil, a frente do Catar, Nigéria e Rússia. Em 2021, Omã foi o oitavo maior fornecedor de fertilizantes para o Brasil (US\$ 485 milhões em importação de ureia). Em relação aos fertilizantes azotados (nitrogenados), Omã ocupou a quarta posição e, em ureia, a 3ª posição.

À semelhança do que vem ocorrendo na Arábia Saudita, as empresas brasileiras que exportam carne de frango (controlando 74% do mercado omanita) têm enfrentado crescentes dificuldades, resultantes do plano nacional Visão 2040, que prevê maior autossuficiência alimentar omani por meio da substituição de importações. Exportadores brasileiros relatam imposição de medidas restritivas à exportação de frango – no que tem sido chamado de “solução saudita”, em referência a medidas semelhantes que têm impactado severamente as exportações brasileiras de frango para o Reino vizinho. A Oman Food Investment Company (OFIC) tem recebido subsídios para aumentar sua produção de frango tipo “griller”, o que pode resultar em contração ainda maior das exportações e que pode ter sido fator preponderante para a redução de mais de 10% do volume vendido ao país em 2022, em relação à 2021.

O saldo da balança comercial em 2022 foi deficitário para o Brasil em USD 166,3 milhões. Recordar-se que, em 2021, a balança comercial Brasil-Omã foi superavitária para o Brasil em pouco mais de USD 850 milhões. Dois fatores justificaram o déficit observado na balança comercial com o Omã em 2022, a saber: (a) aumento substantivo do valor e da quantidade de fertilizantes importados de Omã; e (b)

queda acentuada no valor do minério de ferro exportado pelo Brasil, embora a quantidade exportada em 2022 tenha sido superior à exportada em 2021.

INVESTIMENTOS

Entre os investimentos brasileiros no país, destaca-se a planta de pelotização de minério de ferro construída pela Vale na cidade portuária omani de Sohar. Trata-se do maior investimento estrangeiro fora do setor de hidrocarbonetos realizado no Sultanato e o maior investimento de origem brasileira no Oriente Médio. A Vale anunciou, em fevereiro de 2022, a aquisição dos 30% da Vale Oman Pelletizing Company (VOPC ou Vale Oman), pertencentes à estatal omani, passando a controlar completamente a empresa. Trata-se de processo de “desinvestimento” levado a cabo pelo governo omani em favor de empresas, como a Vale, que conquistaram sua confiança. Registre-se que a Vale detém ainda 100% da companhia Vale Oman Distribution Centre, em Sohar, que opera terminal habilitado a receber navios de porte VALEMAX. O total dos investimentos da Vale em Omã é estimado em US\$ 3,35 bilhões.

A Vale Oman anunciou a aprovação, em fevereiro de 2022, da criação de planta de produção de briquetes de ferro, com atividades previstas para ter início ainda este ano. O investimento reforça a relevância do Sultanato de Omã nos planos globais de descarbonização da Vale e como centro de produção e distribuição ("hub") de produtos de baixo carbono para a indústria siderúrgica da região (briquetes de ferro são considerados "ecologicamente corretos", pois são produzidos por meio da redução do minério de ferro com gás natural, que emite aproximadamente 60% menos carbono quando comparado com a produção por meio do uso do carvão).

No setor alimentício, destaca-se a presença da BRF no Sultanato. A companhia, que atende parcela expressiva do mercado local, adquiriu inicialmente 40% das ações de sua parceira local, Al Khan Foods. Com o sucesso da parceria, a BRF adquiriu, em 2016, os 60% restantes da empresa.

Além do investimento da Vale e da BRF, há potencial para que empresas brasileiras participem mais ativamente do esforço de revigoramento econômico omani. No IX Plano Quinquenal, o governo enfatizou a estratégia de diversificação econômica, elegendo os setores de logística e de turismo entre os prioritários. Ambicionando explorar as oportunidades em obras de infraestrutura e de construção de estabelecimentos comerciais, empresas brasileiras têm demonstrado interesse no Sultanato. A empresa WTORRE, por exemplo, venceu licitação do Governo omani para construir aeroporto internacional em Sohar. A empresa EPPO também demonstrou interesse em se instalar em Omã.

Embora o fundo soberano de Omã possua recursos relativamente menores do que aqueles de países vizinhos, há potencial de expansão de investimentos no Brasil. A *Oman Investment Authority (OIA)*, fundada em 2020 pela fusão de outros dois fundos soberanos, detém, aproximadamente, US\$ 17 bilhões em ativos. A OIA teria investimentos em fundos que operam no Brasil nos setores imobiliário, agropecuário e de infraestrutura, totalizando US\$ 274 milhões.

A OIA parece estar adotando estratégia de investimento mais ousada do que a dos fundos que a antecederam. Entre os investimentos recentes do fundo, constam a parceria com a empresa americana MyCo Technologies para inovação no setor de alimentação – produção de proteína a partir de tâmaras – e acordo para desenvolvimento de porto em Zanzibar, na Tanzânia. Além disso, a OIA tem aplicado recursos em empresas de venture capital, responsáveis por investir em setores de tecnologia, como a *Cambridge*

Venture Capital, com foco na área de ciência de saúde. Em face dessa nova estratégia do fundo soberano omani, há perspectiva de atração de investimentos para setores inovadores no Brasil.

COOPERAÇÃO EM DEFESA

A cooperação em Defesa tem potencial para adensamento, porém está hoje em estado incipiente. Apesar de ser apenas a 70ª maior economia do mundo, o Omã tem o 38º maior orçamento militar do mundo. Em proporção do PIB, trata-se do maior orçamento militar do mundo (7,3% do PIB do país), em 2021.

Grande parte das despesas militares do país são voltadas para as importações de armamentos. No quinquênio 2017-2021, Omã foi o 27º maior importador de armas – mesmo tendo registrado queda de importações de mais de 30% em relação ao quinquênio anterior.

Apesar da importância da cooperação securitária com potências ocidentais (EUA e Reino Unido), o mercado omani é suscetível à penetração de outros países. No quinquênio 2017-2021, o Reino Unido foi o maior exportador de armas para Omã (63% do total), mas a segunda e terceira posição foram ocupadas, respectivamente, por Turquia (16%) e Noruega (8,1%). Vislumbra-se, nesse sentido, oportunidades para produtos brasileiros estabelecidos na região.

POLÍTICA INTERNA

Ainda que a dinastia Al Bu Said reine desde 1744, a centralização política de Omã é relativamente recente, constituindo esforço iniciado na década de 1950. A partir daquele momento, começaram a ser suprimidos centros de controle independentes do poder central que existiam na região Norte – junto à cadeia montanhosa de Jebel Akhdar, região do outrora autônomo Imanato de Omã – e na região de Dhofar, onde ocorreu uma revolta comunista nas décadas de 60 e 70 – próxima à atual fronteira com o Iêmen.

Apenas com a ascensão do Sultão Qaboos, em 1970, contudo, pode-se falar em construção de um Estado nacional em Omã. A estratégia de centralização política do país consistiu no apaziguamento de lideranças tribais, por meio de incorporação a estruturas subalternas de poder, e na satisfação de demandas regionais, por meio de projetos de desenvolvimento orientados a províncias rebeldes financiados com a renda do petróleo.

No início de seu reinado, Qaboos promoveu anistia geral e conclamou exilados e migrantes de origem omani a retornarem ao país para participar de um novo projeto de desenvolvimento nacional, intitulado “Renascimento Omani”. Dessa forma, famílias tradicionais, como os Al Khalili, líderes do Imanato de Omã, estado rival que foi combatido por Said bin Taimur Al Said, e os Alawi, líderes da rebelião de Dhofar, passaram a ocupar, desde os primórdios, cargos importantes na administração omani.

Em consequência da cooptação de exilados, imigrantes, e zanzibares de origem omani – que receberam nacionalidade omani no contexto do “Renascimento” – o Sultão Qaboos dispensou a participação de outros núcleos da família real no processo decisório do país, concentrando, primordialmente em si, quase todo o poder de fato. O grande processo de modernização empreendido a partir da década de 1980, resultando em

significativa melhora nos índices de desenvolvimento do país, estiveram estritamente associados à figura do então Sultão, de forma que Qaboos bin Said acabou se tornando o símbolo da união nacional.

Em 1996, o Sultão Qaboos estabeleceu a Lei Básica de Omã, espécie de Constituição nacional, criada por meio de decreto real e modificada apenas pelo mesmo meio.

Órgãos representativos possuem poderes legislativos limitados. Na prática, o Majlis Oman – conjunto das duas casas que formam o Parlamento – tem poderes consultivos. O Judiciário, apesar de independência de julgamento, permanece vinculado ao Sultão.

A formação de órgãos assemelhados ao Legislativo data da década de 1980, quando foi formado o Conselho Consultivo de Estado. Esse órgão era composto, de início, por membros indicados diretamente pelo Sultão entre representantes do Governo, da comunidade empresarial e de líderes tribais. A partir de 1991, com a mudança de denominação para Majlis Ash-Shura, líderes passaram a ser eleitos indiretamente e, a partir de 2003, por voto direto e universal. Os limitados poderes legislativos do órgão expandiram-se, também, com o apelo por reformas, passando, após 2011, a abarcar a iniciativa parlamentar e a possibilidade de questionar Ministros.

A Lei Básica de Omã não proíbe explicitamente a formação de partidos. Ao contrário, de acordo com seu artigo 33, é garantido o direito de formação de associações, desde que não atentem contra a segurança nacional. Seria possível, portanto, a constituição de sociedades politicamente orientadas, como as existentes no Kuwait e no Bahrein. Não existem ainda, no entanto, associações desse tipo. A inexistência de partidos e o mecanismo de escolha regionalizado – cada circunscrição indica de 1 a 8 membros para o Conselho – implicam a predominância de líderes tribais e da comunidade empresarial na Majlis Ash-Shura. Deve-se destacar, todavia, que, nas últimas eleições, de 2015 e 2019, ascenderam também membros da classe média.

Com a Lei Básica de 1996, foi criado também o Majlis A-Dawla, conhecido como Conselho de Estado, cujos membros são indicados diretamente pelo Sultão. Não se trata, propriamente, de uma câmara alta, mas, sim, de outra instância consultiva e de revisão. Como seu processo de nomeação ocorre após as eleições do Conselho Consultivo, as nomeações do Sultão para o Conselho de Estado têm visado manter equilíbrios entre líderes tribais no Legislativo.

A Lei Básica de Omã torna possível a nomeação de um primeiro-ministro para supervisionar os trabalhos do Conselho de Ministros, equivalente a um gabinete. Após a ascensão de Qaboos, Omã contou, brevemente, com um primeiro-ministro escolhido pelo próprio Sultão. Até sua morte, em janeiro de 2020, além da posição de Sultão, Qaboos também ocupava os cargos de Primeiro-Ministro, Ministro da Defesa, Ministro dos Negócios Estrangeiros, Chefe do Estado-Maior e diretor do Banco Central. O Conselho de Ministros congrega os ocupantes das demais pastas do governo, embora decisões mais substantivas fossem tomadas pelo próprio Sultão.

Na segunda metade de 2011, ocorreram protestos em Omã no contexto da “Primavera Árabe”. Ao contrário de manifestações similares em outros países, não estavam incluídas entre as demandas do movimento a queda da monarquia ou do regime. Foram priorizadas pautas econômicas, como a criação de mais empregos para cidadãos, e algumas reformas políticas liberalizantes, como maior protagonismo para a Majlis Ash-Shura. Em reação, o Sultão informou que o governo buscava intensificar o processo de omanização do trabalho, com a criação de 50 mil empregos, e reformas nos

sistemas político e judiciário. Dentre as reformas no Judiciário, consta a transferência do poder de iniciar processos da polícia real de Omã para o escritório do procurador público. O Poder Judiciário de Omã permanece, entretanto, subordinado à figura do Sultão, que nomeia os juízes, além de dirigir o Supremo Conselho Judiciário.

Em janeiro de 2018, houve uma nova onda de protestos no país, com demandas semelhantes àsquelas de 2011. Em reação a esses eventos, o governo de Omã instituiu um novo código penal, em que proscreve manifestações públicas com dez ou mais pessoas e que atentem contra a ordem e segurança públicas.

Após o falecimento do Sultão Qaboos, em janeiro de 2020, Haitham Bin Tariq Al Said ascendeu ao trono. Haitham parece sentir-se mais confortável com uma relativa descentralização de poder, tendo indicado um número maior de Ministros para seu gabinete. Alicerçado no reinado de 50 anos de Qaboos, o Sultão Haitham de fato vem renovando a dinâmica da condução do país, com o cuidado de manter e desenvolver as diretrizes de seu antecessor, tanto no plano interno quanto na política externa, com ênfase nas medidas de descentralização do poder e com critérios que priorizam o fortalecimento da economia, a criação de empregos para os nacionais omanis e a projeção internacional do Sultanato, cristalizados na “Visão Omã 2040”, principal parâmetro para o desenvolvimento e prosperidade do país.

Em 2021, foi estabelecida a Nova Política de Empregos (NPE) em reação aos protestos populares ocorridos na cidade de Sohar (sede da usina de pelotização da Vale) em maio daquele ano, que reivindicavam mais ações governamentais em prol do aumento de empregos e por melhores salários em Omã. A NPE aumenta a oferta de empregos em órgãos públicos, como na polícia militar e nas forças armadas, de forma a absorver oferta de trabalho não aproveitada no setor privado.

Em dezembro de 2022, foram realizadas eleições municipais em 63 províncias do Sultanato de Omã, resultando na eleição de 126 novos conselheiros provinciais. O processo eleitoral é considerado “histórico” por haver sido o primeiro com votação on-line, através de aplicativo, e constitui, assim, um passo importante do Sultanato em direção à transição digital, tema prioritário na agenda interna do Omã e presente no programa “Vision 2040”. As autoridades omanis atestam que a segurança e o segredo de cada voto estiveram salvaguardados pelo sistema de “alta tecnologia empregada”, reduzindo o tempo e os custos do processo eleitoral.

O amplo processo de modernização das instituições, acentuado após o fim das restrições da pandemia e beneficiado pelos recursos provenientes da alta dos preços do petróleo, visa não apenas a tornar mais ágil a máquina estatal, mas também a proporcionar a consolidação de um setor privado forte e competitivo, capaz de atuar com desenvoltura no mundo globalizado.

ECONOMIA

A economia omani é relativamente modesta se comparada à dos países de seu entorno regional. Em 2022, estima-se que o PIB omani tenha alcançado US\$ 108 bilhões. A renda per capita omani, em paridade de poder de compra, equivale a US\$ 34 mil, a menor entre os países do Conselho de Cooperação do Golfo. Isto se deve, em parte, às menores receitas geradas pela exploração de petróleo em Omã.

As reservas de petróleo de Omã situam-se em 5 bilhões de barris – a segunda menor do CCG, à frente apenas do Bahrein. No atual ritmo de produção, as reservas durariam somente mais 15 anos. Por isso, Omã, assim como o Bahrein, nunca ingressou na Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP).

As reservas conhecidas de gás natural, por sua vez, são estimadas em 705,4 bpm³, o que corresponde a 22,6 anos de produção. Em razão do grande consumo interno, apenas 30% da produção omani de gás é exportada.

Apesar do relativamente menor potencial do setor petrolífero em Omã, este respondeu, em 2020, por 30% do PIB do país, cerca de 70% das receitas governamentais e 65,7% das exportações do país. Os principais destinos de exportação do país são, assim como ocorre com seus vizinhos, países asiáticos importadores de energia: China (45,5%), Índia (7,8%), Japão (6,36%) e Coreia do Sul (6,267%). O setor de mineração corresponde a, aproximadamente, 8% das exportações do país.

Em razão da concentração econômica em torno da indústria de hidrocarbonetos, a pauta de importações de Omã tende a ser diversa, destacando-se, entre os principais itens importados, máquinas e equipamentos (16%), veículos e partes automotivas (12%) e máquinas elétricas (10,6%). As principais origens das importações omanis foram os Emirados Árabes Unidos (36%), China (11,4%), Índia (8,57%), Japão (4,75%) e Estados Unidos (4%).

Os níveis baixos de produção de petróleo, associados à dependência desta commodity, fazem que Omã tenha um dos “breakeven” fiscais mais altos da região: US\$ 95,8 como preço necessário do barril de petróleo para equilibrar as contas do governo e US\$ 61,2 como valor do barril de petróleo para cobrir as contas externas do país.

Dessa forma, o país incorre constantemente em déficits fiscais, cuja magnitude é inversamente proporcional ao preço do barril de petróleo. De 2016 – data de estabelecimento do acordo OPEP+ para regular os preços da commodity – a 2019, os déficits omanis diminuíram de 24% do PIB para 6%. Em 2020, com a menor demanda por petróleo decorrente da política de distanciamento social em combate à pandemia de covid-19, o déficit omani foi de 19,3% do PIB. Com a recuperação dos preços da commodity experimentada em 2021, os déficits caíram para 2,4% do PIB.

Em 2022, o orçamento anual previa déficit de 5%, mantendo a tendência deficitária dos últimos anos, tendo então por base a previsão de preço médio do barril do petróleo em Omã em USD 50. No entanto, o preço médio do barril no Sultanato em 2022 ultrapassou o marco dos USD 90. A alta decorreu do conflito russo-ucraniano, que teve o efeito de beneficiar as contas públicas de Omã.

Observa-se que 67% das receitas públicas advêm do setor de extração de petróleo e gás, 23% de setores não-petrolíferos e 10% de arrecadação de impostos, como o imposto sobre Valor Agregado (IVA), introduzido há quase dois anos no país, com alíquota de 5%. O cálculo de receitas para a previsão orçamentária de 2023 manteve perfil conservador, baseado no preço do barril de petróleo em USD 55, apenas cinco dólares a mais que o projetado para o orçamento do ano passado, quando as estimativas para o ano preveem média de preço também em USD 90 por barril, mantendo-se a média real de 2022.

A economia de Omã deverá crescer 5,5% em 2023, um ponto e meio percentual a mais em comparação ao crescimento de 2022, da ordem de 4,0%. Ademais das dificuldades relativas ao orçamento, o Omã incorre ainda em sucessivos déficits em

conta corrente, menos correlacionados, entretanto, com o preço do petróleo. Em 2020, o déficit em conta corrente atingiu 13,7% do PIB. A recente elevação dos preços não deverá, entretanto, transformar os déficits em superávits em razão das crescentes transferências de renda – por empresas e trabalhadores expatriados – para o exterior. Dessa forma, as reservas do Banco Central de Omã continuam a diminuir, de US\$ 20 bilhões em 2016 para US\$ 15 bilhões em 2020, o que corresponde a apenas 6 meses de importações.

Com vistas a superar a situação econômica corrente, Omã vem buscando implantar reformas em sua política fiscal e econômica. No âmbito fiscal, destacam-se as mudanças tributárias, realizadas em linha com as de outros países do CCG. O decreto real n. 9/2017 aumentou o imposto corporativo de 12% para 15%, eliminou isenções e ampliou a aplicação de impostos retidos na fonte. A implementação de um imposto sobre valor agregado (IVA), acordada no âmbito do CCG para janeiro de 2018, iniciou-se em abril de 2021. Além disso, o país vem aumentando impostos sobre certos produtos cujo consumo é tido como indesejável, por exemplo tabaco e álcool.

Há modificações, também, na estrutura de despesas do país. Entre as mais notáveis está a redução dos gastos em Defesa – que já chegaram a responder por 12% do PIB. Subsídios sobre gasolina, água e eletricidade tornaram-se mais focalizados e orientados para famílias menos privilegiadas. Há rumores de que esteja sendo considerado um imposto sobre renda de pessoas físicas. Busca-se, com essas ações, abrir espaço fiscal para financiar o programa de diversificação governamental, que corresponde a 10% do total dos gastos governamentais.

A prioridade conferida à diversificação econômica está presente desde o 5º plano quinquenal lançado pelo governo do sultanato em 1996. O atual programa de diversificação (Tanfeedh) orienta-se para cinco setores prioritários: mineração, logística, turismo, pesca e manufaturas, sendo os dois primeiros as apostas mais auspiciosas. No setor de mineração, destaca-se a expectativa de consideráveis reservas minerais na cadeia montanhosa de Al Hajar. A expansão do setor é impulsionada pelos altos investimentos em infraestrutura e logística realizados pelo governo, que atraíram a brasileira Vale a se instalar no país. No setor de logística, destacam-se os investimentos na construção de estrutura rodoviária e portuária de alta qualidade, com a intenção de estabelecer o país como um "hub" de transportes a conectar o Oceano Índico ao Golfo.

O projeto de diversificação econômica está vinculado ao Conselho Supremo de Planejamento. Muitas das iniciativas seriam orientadas para facilitar procedimentos e para promover parcerias público-privadas. A maior parte desses planos de reformas, contudo, ainda não avançou.

A mais recente iniciativa relativa a diversificação econômica, desenvolvimento e modernização no país é o programa Oman Vision 2040, que começou a ser implementado em 2021. De maneira similar a outros programas anunciados por países da região, o Vision 2040 identifica 12 prioridades nacionais e recomenda planos de ação, a fim de garantir prosperidade e segurança para o país, bem como reduzir a dependência de Omã das receitas provenientes do petróleo. As principais prioridades incluem a criação de empregos e a inclusão dos cidadãos omanis no mercado interno de trabalho ("omanização"), além da realização de investimentos em novas infraestruturas sustentáveis. A Visão 2040 também visa a garantir que a proteção dos recursos naturais da nação e o equilíbrio ambiental caminhem paralelamente ao crescimento econômico. O novo Embaixador omani no Brasil, Talal Al Rabhi, era o segundo na linha

hierárquica da Unidade de Acompanhamento da Implementação da Visão 2040, entidade criada com status de ministério.

Cabe notar que existem relatos de que o governo omani estaria enfrentando resistências do setor privado, em especial em relação à “omanização” da força de trabalho, em detrimento de trabalhadores estrangeiros. Como ocorre em outros países do Golfo, os empregadores por vezes consideram a mão de obra estrangeira mais bem qualificada.

Em curto prazo, o Governo omani espera que a exploração de gás natural traga maiores receitas, compensando, parcialmente, a possível escassez de petróleo. As reservas omanis de gás natural aumentaram consideravelmente com o investimento em técnicas de recuperação e de produção não convencional (fracking), bem como com a descoberta do campo de Khazzan, com estimados 10,5 trilhões de pés cúbicos de gás. A exploração do campo ocorrerá em uma parceria entre a Oman Oil (40%) e a BP (60%).

Nesse contexto, o grande desafio do governo omani seria ampliar o percentual de gás exportável, na medida em que grande parte da produção, aproximadamente 70% do total, é destinada a prover energia subsidiada para o mercado interno. Dessa forma, a redução dos subsídios em energia contribuiria, também, para aumentar a parcela exportável do produto. Analistas esperam que a produção de gás se torne, em médio prazo, tão importantes quanto a de petróleo para o país.

No conjunto, importantes resultados foram obtidos no âmbito econômico em 2022, superando as consequências negativas da pandemia COVID-2019. A alta do preço do petróleo, ocasionada pelo conflito russo-ucraniano, possibilitou considerável superávit no orçamento público, diversificação de investimentos e quitação de parte da dívida pública do Sultanato. Cumpre ressaltar, ainda, os desdobramentos no campo ambiental, que incluem iniciativas como programas de promoção do hidrogênio verde em sua matriz energética e de neutralização do carbono. Sob o comando do Sultão Haitham, o Omã planeja produzir um milhão de toneladas de hidrogênio verde até 2030, além de já haver criado empresa estatal como parte de seu plano para atingir emissões líquidas zero de carbono até 2050.

POLÍTICA EXTERNA

Durante a maior parte do século XX, a política externa de Omã caracterizou-se pelo isolacionismo, marcado pela não participação em fóruns multilaterais e pela dependência do Reino Unido, à semelhança de outros países do Golfo. No contexto da consolidação do Sultanato, para a superação dos desafios internos – confronto com o Imanato de Omã e o levante comunista de Dhofar – e externos – disputas territoriais com vizinhos – impôs-se a necessidade de angariar aliados internacionais. Reino Unido e Irã foram os principais aliados omanis em prol da consolidação nacional.

A Revolução Iraniana, em 1979, aumenta o distanciamento entre as potências ocidentais e os países árabes do Golfo e o Irã. Ao contrário de países do entorno, Omã não rompeu, em nenhum momento, as relações com o Irã. Além da relação econômica, contribuíram para essa decisão os laços históricos, sociais e políticos mantidos entre ambos os países. As boas relações com o Irã e com países ocidentais fez com que Omã frequentemente exercesse o papel de mediador em conflitos regionais, em especial, naqueles que envolveram Teerã. Ademais de ter contribuído com a mediação da Guerra Irã-Iraque, o Sultanato foi o principal facilitador da retomada de contatos entre os EUA

e outras potências ocidentais com o Irã, culminando na conclusão do “Joint Comprehensive Plan of Action” (JCPoA), em 2015. Omã foi também o primeiro país do Golfo a assinar acordo que permitiu a utilização norte-americana de bases no território nacional, após a revolução iraniana de 1979. A base aérea de Masirah, ilha no Mar Árabe, contribuiu para as operações norte-americanas no Afeganistão e no Iraque.

Desde a conclusão do JCPoA, autoridades omanis buscam apresentar seu país como porta de entrada para a reinserção do Irã na comunidade internacional, o que seria simbolizado pelo projeto de gasoduto ligando os centros produtores do Irã ao porto omani de Sohar. Mesmo após a retirada norte-americana do acordo nuclear e a reimposição de sanções contra o Irã, o Omã manteve a intenção de realizar o projeto. Há estimativas de que o comércio de bens não-petrolíferos entre o Irã e o Sultanato tenha aumentado.

O Sultanato de Omã parece, igualmente, empreender bons ofícios para promover o diálogo entre Arábia Saudita e Irã, em particular no que se refere ao conflito no Iêmen, em contexto geral de redução dos atritos entre as duas potências regionais do Golfo.

Membro fundador do CCG, Omã mantém relações amistosas com todos os países do grupo, ao mesmo tempo em que busca preservar independência em sua política externa. Vale recordar, o país possui disputas territoriais com dois dos principais parceiros do bloco – na região de Al Buraimi, com a Arábia Saudita; e na Península de Musandam, com os EAU.

Em junho de 2017, Arábia Saudita, Bahrein, EAU e Egito romperam relações diplomáticas com o Catar, acompanhada de bloqueio econômico àquele país, alegando “ingerência de Doha nos assuntos internos” de países da região e “alinhamento político com o Irã”, dentre outras acusações. Omã manteve-se neutro. Todavia, os laços econômicos entre o Omã e Catar ampliaram-se consideravelmente após a decretação do bloqueio, na medida em que se abriram novas rotas portuárias e aeroportuárias entre os dois países. Durante o auge da crise, as exportações de Omã para o Catar chegaram a alcançar US\$ 1,8 bilhão, comparativamente a US\$ 400 milhões antes da crise.

A recente ascensão do Sultão Haitham Al Said ao trono, em janeiro de 2020, não implicou mudança significativa na política externa de Omã, mantendo-se o mesmo grau de neutralidade do Sultanato nas principais questões regionais. De modo geral, as linhas de sua política externa seguem pautadas pelo respeito às normas do direito internacional, pelo princípio de não ingerência e pela valorização do diálogo como instrumento para a solução de controvérsias. Com efeito, o Sultanato tem longa tradição na mediação de conflitos, o que lhe tem garantido atuação exitosa na libertação de reféns ocidentais, tanto no Iêmen quanto no Irã. Essa característica de sua política externa tem permitido ao Sultanato amplo trânsito junto aos mais diversos grupos políticos.

PALESTINA, IÊMEN E SÍRIA

Dentre os pontos mais importantes da agenda de política externa do Sultanato estão a “Questão Palestina”, o “Conflito no Iêmen” e a “Guerra na Síria”. No tocante ao primeiro, o Omã defende o cumprimento das resoluções das Nações Unidas. O Sultanato considera que, havendo desenvolvimentos que sugiram desejo real de negociações, com o compromisso de se alcançar solução duradoura e uma paz abrangente, o país estará entre os primeiros a renovar seu apoio ativo, como fez no

passado, nos anos 90, e mesmo antes disso, quando apoiou os Acordos de Camp David, nos anos 70.

O Sultanato busca posição equilibrada no conflito Israel-Palestina. Em outubro de 2018, o Primeiro-Ministro de Israel, Benjamin Netanyahu, realizou visita não anunciada a Omã, tendo sido acompanhado pelo diretor da Mossad – serviço de inteligência israelense – e pelo conselheiro de Segurança Nacional. Foi a primeira visita de um Chefe de Governo israelense a um país do Golfo desde 1996. A visita ocorreu uma semana depois de Mahmood Abbas ter visitado Mascate e encontrado, também, o Sultão Qaboos. Em 1994, Omã e Israel estabeleceram relações comerciais não oficiais, as quais foram interrompidas em 2000, após a Segunda Intifada (2000-2005).

Com relação à guerra no Iêmen, Omã tem mantido interlocução com atores beligerantes entre si e, recentemente, vem participando dos esforços para a renovação do cessar-fogo naquele país. O Sultanato julga serem os Houthis componente importante da solução do conflito e defende a necessidade de incorporá-los às tratativas de paz.

Quanto à Síria, ressalta-se o empenho do Sultanato na reincorporação de Damasco à família árabe, realizando gestões para a reabilitação de Damasco na Liga dos Estados Árabes e para a reintegração do país na comunidade internacional. Ao longo de todo o conflito, o Omã manteve aberta e operacional a sua Embaixada em Damasco.

ACORDOS BILATERAIS

<i>Título</i>	<i>Data de celebração</i>	<i>Entrada em vigor</i>	<i>Publicação</i>
Memorando de Entendimento Sobre o Estabelecimento de Mecanismo de Comissão Mista entre a República Federativa do Brasil e o Sultanato de Omã	1/4/2013	1/4/2013	15/7/2013
Memorando de Entendimento entre o Ministério das Relações Exteriores da República Federativa do Brasil e o Ministério dos Negócios Estrangeiros do Sultanato de Omã sobre o Estabelecimento de Mecanismo de Consultas Políticas	1/4/2013	1/4/2013	15/7/2013
Memorando de Entendimento em Cooperação Esportiva entre o Ministério do Esporte da República Federativa do Brasil e o Ministério do Esporte do Sultanato de Omã	1/4/2013	1/4/2014	15/7/2013
Memorando de Entendimento entre o Ministério das Relações Exteriores da República Federativa do Brasil e a Autoridade Pública para Promoção do Investimento e Desenvolvimento do Comércio do Sultanato de Omã sobre Cooperação em Promoção de	4/2/2016	4/2/2016	15/3/2016

Investimentos			
Acordo sobre Isenção de Vistos em Favor de Nacionais Portadores de Passaportes Diplomáticos, Especiais, Oficiais e de Serviço	25/5/2016	26/8/2016	12/8/2016